

# ESPELHOS PATRIMONIAIS EM OURO PRETO: MUSEUS E PASSADO AFRO-BRASILEIRO

Manuel Ferreira Lima Filho\*

## RESUMO

Apresento no presente artigo algumas reflexões etnográficas a respeito das redes sociais da cidade de Ouro Preto tendo o patrimônio cultural como véis metodológico. A análise dialoga com dados provenientes de pesquisa de campo por meio de entrevistas, levantamento em arquivos e acervos realizados entre os anos de 2007 a 2009. Neste trabalho fizemos um recorte analítico enquadrando um dos dramas sociais da cidade, a escravidão, que compõe um dos fios das teceduras patrimoniais de Ouro Preto. As categorias conceituais utilizadas na análise são patrimônio, memória, museus, e história. Por meio destas categorias percebe-se a cristalização de outra categoria, a do sofrimento, presente no imaginário sobre a cidade, e reificado pelas práticas museológicas a favor da história síntese do Estado- Nação brasileira, numa perspectiva hierárquica, excludente e redutora. Práticas que inviabilizam a complexidade da cosmovisão afro-ouro-pretano que podem levar a uma ideia ingênua da vitimização social ou obliterar novas possibilidades patrimoniais relacionadas à cidadania.

**Palavras-chave:** Patrimônio Cultural, Memória, Ouro Preto.

\* Faculdade de Ciências Sociais/Museu Antropológico - Universidade Federal de Goiás.  
Pesquisador do CNPq. Email: mflimafilho@yahoo.com.br.

## MIRRORS OF CULTURAL HERITAGE IN OURO PRETO: MUSEUMS AND AFROBRAZILIAN PAST

### ABSTRACT

I present in this article reflections based on my ethnographic study of social networks in the city of Ouro Preto as a methodological approach to the study of cultural heritage. The analysis draws on field research data compiled from interviews, archives and collections between 2007 and 2009. In this work I focus my interpretation on slavery which comprises one of the central threads of the wider texture of the cultural heritage of Ouro Preto. By tracing the relationship between slavery and the conceptual categories of memory, museums, cultural heritage and history, I reveal the crystallization of an overarching category, that of suffering, present in the public social imaginary of the city. Suffering is represented and reified through museum practices that portray a historical narrative of the Brazilian Nation-state that is hierarchical, exclusionary and reductionist. These particular visions of suffering obliterate a wider complexity of Afro-Brazilian experiences and cosmologies related to the culture and history of the city, raising the possibility that the idea of social victimization obscures other possibilities for linking cultural patrimony to citizenship.

**Keywords:** Cultural Heritage, Memory, Ouro Preto.

## OS ENCANTOS DA CIDADE

Ouro Preto se destaca no imaginário nacional como metonímia da nação. Darci Ribeiro, em sua teoria geral sobre os brasileiros, afirma que na cidade nasceu o genuíno projeto de identidade nacional (Ribeiro, 1996: 189). De um modo geral, visita-se Ouro Preto para ver de perto o cenário do drama da Inconfidência Mineira, as inúmeras igrejas barrocas e antigas minas, locais de trabalho de uma população em sua maioria negra e escrava<sup>1</sup>.

A cidade está inserida no circuito do ouro de Minas Gerais e no trajeto da antiga estrada real. Soma-se a esses "atrativos" a culinária mineira, os festivais de inverno e os ritos da Semana Santa. Todos de expressão nacional.

Constatou-se certo abandono dos casarios coloniais de Ouro Preto e de seu polígono histórico, devido à perda do título, em 1897, de capital de Minas Gerais e a transferência de boa parte de sua população. Situação que foi revertida pelo movimento modernista de 1922. Mário de Andrade e Lúcio Costa orquestraram ações para valorizar a cidade na perspectiva do patrimônio edificado colonial e da história da arte barroca brasileira, de alcance internacional. Novas narrativas nacionais a partir da antiga Vila Rica.

A nomeação de "monumento nacional" decretado pelo Governo Federal em 1933, assim como o tombamento do polígono histórico de Ouro Preto, praticamente toda a cidade no ano de 1938, a torna palco de lançamento e aplicação das políticas nacionais de patrimônio coordenados pela agência estatal SPHAN desde sua criação em 1937. Agência que ficou sob comando, por mais de 30 anos, do mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade que tinha residência na principal rua de Ouro Preto.

O modelo de preservação patrimonial brasileiro foi herdado da França e da Inglaterra espelhado na organização de uma inspetoria que tinha

<sup>1</sup> A cidade de Ouro Preto situa-se na historiografia como uma dos pólos mineradores de século XVII relacionado ao chamado Ciclo de Ouro das Minas Gerais, que por sua vez está contextualizado no boom aurífero que incrementou o tráfico atlântico de escravos, um dos traços que marcam a colonização das Américas (Fausto, 2002).

um forte poder de intervenção do Estado por meio de ações jurídicas. No caso brasileiro, a lei do tombamento ainda é instrumentalizada pelo atual IPHAN. Por essa perspectiva, Ouro Preto foi beneficiada por um esforço conservacionista das suas expressões culturais. Processo incontestavelmente demarcado pela seleção da preservação de monumentos. Reunidos na categoria monumentos históricos e religiosos valorizou-se àqueles que fossem representativos da Inconfidência Mineira, das igrejas barrocas, de maneira especial àquelas que tinham as marcas do Aleijadinho. O artista, meio branco, meio negro - era mestiço, filho de um arquiteto português com uma escrava de nome Isabel. Um tipo de herói mitológico. Meio homem, meio deus, que "sem mãos" esculpe exuberâncias barrocas eternizadas nos frontispícios das igrejas, nos anjos e santos. Como produto de um rito sacrificial, a eloquência da sua arte é inversamente proporcional ao consumo do seu corpo.

Seja pelo valor de testemunho de uma história costumeiramente emoldurada pela seleção de acontecimentos, seja pelo valor ideológico religioso agregado às igrejas e aos objetos sacros ou, mesmo ainda, pelo senso estético, rebatido das obras de artes e da arquitetura colonial, Ouro Preto é desenhada por um polígono patrimonial que une os vetores da religiosidade católica, da arte barroca, da dramaticidade dos atos a favor da libertação de Portugal e a formação de uma população afro-ouro-pretana marcada pela presença de grupos étnicos africanos.

## O Patrimônio e as Trilhas Sociais

A arte, os eventos históricos e religiosos, as repúblicas e o patrimônio em sua concepção monumental têm sido categorias de classificação sobre Ouro Preto e internalizadas, no devir histórico, também como categorias nativas dos ouro-pretanos, embora muitas vezes ressemantizadas.

Dito de outro modo, qualquer interpretação a respeito dos segmentos sociais da cidade, seguro é ter o patrimônio como trilha de análise, pois se trata do arcabouço por sobre o qual se edificam as construções sociais e culturais da antiga Vila Rica, seja para reafirmar ou para desconstruir a noção clássica de patrimônio. Daí se explicam a inspiração e eficácia simbólicas de quem sobre temas patrimoniais

construíram práticas políticas, religiosas e administrativas: o projeto dos modernistas, representado por Mário de Andrade e Lúcio Costa (o projeto do SPHAN); o poder de Rodrigo Melo Franco no SPHAN (30 anos), o indiscutível respeito da população pelo então Vigário da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, o ouro-pretano padre José Feliciano da Costa Simões - especialista em história da arte e, por fim, atualmente o prefeito Angelo Oswaldo de Araújo Santos reeleito, reconhecido como expert e indiscutível embaixador do patrimônio de Ouro Preto. Totens patrimoniais emblemando classificações sociais.

Então, tem-se um primeiro domínio sobre Ouro Preto. Um polígono tombado que circunscreve igrejas, museus, lojas, restaurantes, ateliês, teatro, cinema e residências de famílias primeiras. Narrativas monumentais que atravessam histórias de homens e mulheres da cidade. Participamos e observamos que o ritual religioso da Semana Santa tem uma valor especial aos nativos de Ouro Preto.

Como se espelhados no grande acontecimento do Triunfo Eucarístico de 24 de maio de 1733 quando se realizou a transladação do Santíssimo Sacramento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário para a nova Matriz de Nossa Senhora do Pilar, na antiga Vila Rica, Ouro Preto ainda respira o barroco, as canções em latim, a musicalidade das inúmeras bandas e corais e o zelo atemporal das irmandades de brancos e de pretos pelas atividades da igreja e das irmandades. Os passos – pequenas capelas espalhadas pela cidade-, que são fechados durante o ano, são abertos na semana santa e aos poucos, a cidade vai mostrando sua outra face para além do turismo padronizado, com roteiros programados e explicações ritmadas dos inúmeros guias na praça Tiradentes, nos museus e nas igrejas barrocas, nas minas e restaurantes.

Alternando o comando da semana santa entre as matrizes de Nossa Senhora da Conceição no Bairro do Antônio Dias e a de Nossa Senhora do Pilar – no Bairro do Pilar – os moradores de Ouro Preto tomam sua cidade para si, não são dos turistas, não são dos estudantes, nem do governo, a cidade é deles. Eles buscam na seiva do passado, da tradição e na veneração de símbolos a evocação de uma identidade ouro-pretana. Exemplo disso é a participação da população na confecção de tapetes coloridos e temáticos na madrugada de sábado para o Domingo da Ressurreição e ainda o grande prestígio de permanecer na

família a preparação para que um dos seus membros ritualize um dos personagens bíblicos cuidadosamente paramentados para sair pelas ruas da cidade durante o ritual da Semana Santa. O ritual vulcaniza um forte sentimento identitário e religioso que marca o ouro-pretano para além de suas divergências ideológicas, partidárias ou segmentos sociais. O ouro-pretano tem forte sentimento de quem é de fato nativo, modulando quem é de fora, mesmo casado com nativos da cidade e com filhos nascidos no local. Percebe-se que as categorias história e tradição enquadram o “ser do local”.

Outro segmento social da cidade são os estudantes das repúblicas. É consenso nas narrativas mapeadas em Ouro Preto que os estudantes<sup>2</sup> estão colados no imaginário da cidade tanto quanto a sua feição patrimonial, histórica, artística e religiosa. As repúblicas, antes da Escola de Minas e de Farmácia, hoje somam 67 abrigadas pela Universidade Federal de Ouro Preto que, somadas com outras 284 particulares, totalizam 351. Elas delineiam um segmento social específico da cidade, marcado pela ambivalência, transitoriedade, rituais de ingresso, clivagens de gêneros e uma territorialidade própria para além do polígono histórico. Os estudantes constroem outras bases patrimoniais reinventando a noção de tradição, tão cara ao primeiro domínio patrimonial apresentado.

Não é consenso sobre a escala de aceitação das ações das repúblicas com relação a dois temas sensíveis para a população: o confronto com os princípios e ações da igreja católica local com raízes tradicionais, de modo especial representada pela Matriz de Nossa Senhora do Pilar, cercada de repúblicas. O outro tema motivo de descontentamento dos ouro-pretanos é devido ao grande impacto que o carnaval das repúblicas causa no centro histórico. Além dessa cisão cidade x repúblicas, existem as divisões internas na organização das repúblicas como as federais, as particulares, as pensões e os alojamentos. A localidade e o tempo de existência das repúblicas igualmente agregam valor nessa disputa simbólica e social da ação das repúblicas.

<sup>2</sup> A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) tem 5.122 alunos presenciais e foi instituída como Fundação de Direito Público em 21 de agosto de 1969, incorporando duas instituições de ensino superior centenárias: a Escola de Farmácia e a Escola de Minas. A UFOP oferece 28 cursos de graduação, contando com 22 departamentos e sete unidades acadêmicas. Ver o site da UFOP (2010).

Finalmente, se fitamos o horizonte à procura da Pedra do Itacolomi - toponímia tupi que apenas indexa uma referência indígena e nada mais - cobiçada pelos aventureiros coloniais em busca de ouros e de terras, nos deparamos com outra paisagem patrimonial. Díspar para quem quer encontrar um mundo patrimonial idealizado e representado pelos casarios coloniais: os morros de Ouro Preto.

Não há como pensar Ouro Preto sem seus morros. Espantosa invisibilidade social na literatura acadêmica sobre a cidade. Para além de qualquer explicação urbana enviesada pelo tema da desorganização territorial e urbana, os morros sempre estiveram lá, mesmo desmoldurados da paisagem idealizada da natureza. Os morros têm memórias e diferentes perspectivas da noção de patrimonial monumental.

Visto alguns dos principais segmentos sociais da cidade, a presente análise tem como recorte analítico o tema do passado afro-brasileiro, pelo viés das expressões museais e pela perspectiva nativa de uma das irmandades de Ouro Preto: a Irmandade de Pretos de Nossa Senhora do Rosário e de Santa Ifigênia.

## **Marcas das Lavras: a categoria sofrimento e os museus**

No ano de 1776 a população de Negros em Minas Gerais era de 167 mil pessoas, correspondendo a 52,22% do total da população e, se somada com o número de pardos, o número aumenta para 79,22%. Essa população vivia sob condições sociais impostas como a restrição religiosa ao casamento. Os registros históricos apontam que 90% das crianças nascidas em Minas Gerais no período de 1719 a 1723 eram crianças bastardas e no período de 1759 a 1763, o número era de 60% de crianças.

Laura de Mello e Souza chama a atenção de que em Vila Rica, especificadamente, acusa-se um alto número de mulheres como cabeça de família ou seja, como chefes de casas, tendo sido mensurado 45% do total das casas levantadas e que 85% daquele número nunca haviam se casado. Tais mulheres eram na maioria negras, mestiças e pobres sendo que apenas 5,2 % delas eram chamadas de “senhoras” ou “donas”. Elas eram a “franja da sociedade organizada [que] apresentava uma mescla

curiosa de crime e trabalho, liberdade e cativo, norma e infração” (Mello e Souza, 2004: 203-207).

De fato, o registro do escrivão da Câmara de Vila Rica registrou no ano de 1721:

Fazemos saber que a presente nossa carta de uzança de parteyra virem, que a nós nos enviou a dizer por sua petição, Maria da Fraga, preta do gentio de Guiné, com licença de seu senhor Manuel do Rego Tinoco que ella se acha com capacidade, inteligência e experiência para poder parteyrar nessa Villa (...) lho concedemos licença (...) para que possa exercer o officio de parteyrar e lhe arbitramos pelo trabalho de cada parto que exercer quatro oitavas de ouro”(Maia, 1972: 17 e 18).

Assim, na mesma Vila Rica, na lista dos quintos reais cobrados, encontrou-se o registro de 10.881 escravos no ano de 1721 e 11.870 escravos em 1722 pertencentes aos proprietários declarantes do imposto. (Botelho, 2000: 12).

No Arquivo da Casa de Pilar (IPHAN), em Ouro Preto, encontramos num dos jornais mais antigos da cidade e de Minas Gerais referências cotidianas obre a escravidão, como o arremate de um sobrado na Rua Direita juntamente com cinco escravos, assim como a recompensa pela captura de dois escravos “Maçambique” contendo as características físicas de cada um<sup>3</sup>. Também encontramos referências no Arquivo do Tombo de Lisboa sobre uma negra Mina, vivendo nos arredores de Vila Rica que foi alvo de inquérito do Santo Officio no ano de 1797 acusada de curanderia<sup>4</sup>.

Esses dados indicam o perfil da população de Ouro Preto desde a época de sua formação como arraial, sendo marcadamente negra, parda e de mulheres como base significativa do estrato social<sup>5</sup>. A presença negra e mestiça na cidade mantém-se ao longo do tempo, sendo que no último censo populacional brasileiro (2000) a cidade de Ouro Preto foi

<sup>3</sup> O Itamontano, de 24/11/1847 e de 18/10/1851.

<sup>4</sup> Ver o site do Arquivo Nacional do Tombo (2010).

<sup>5</sup> Ver por exemplo dos dados de Graça Filho, Pinto e Malaquias (2007) sobre o inventário de famílias escravas nos inventários e registros de casamentos assim como a obra de Bergard (1999) sobre a reprodução da população escrava em Minas Gerais.



à segunda cidade brasileira em que sua população se autodenominou negra e parda, perdendo apenas para Salvador.

A despeito desse perfil histórico social e demográfico da cidade de Ouro Preto, as representações e interpretações sobre a população africanas e afro-brasileira têm se resumido a um processo museal que privilegia o passado escravo de maneira emblemática: a categoria sofrimento<sup>6</sup>. O passado escravo tem sido representando pelo sofrimento, pela exclusão e por um lugar periférico na museografia dos principais museus da cidade, seja por parte do Estado (IPHAN) – Museu da Inconfidência, pelo Ministério da Fazenda (Museu Casa dos Contos), pela Igreja (Museu Sacro da igreja do Pilar e Museu do Aleijadinho) e por fim, por uma entidade privada - a Fundação Gutierrez (Museu do Oratório). Miriam Sepúlveda dos Santos (2004) já adiantou que há uma tendência da museografia brasileira em expor o passado escravo acentuando a dor e o sofrimento, mas de forma generalizada, e que essa museografia não produz uma reflexão sobre a real situação vivida pelos indivíduos vitimados e de que a nossa representação museal do passado é falha no sentido de promover uma justiça social hodierna aos afrodescendentes.

De fato, tais museografias, recorrentes na maioria dos museus brasileiros não espelham o real significado da tragédia da escravidão em nosso país e seus descendentes. Em Ouro Preto essa tendência também se verifica. Mas com contextos etnográficos e museológicos próprios.

O Museu da Inconfidência, por exemplo, foi criado em 1942 no Estado Novo com o intuito de receber os restos mortais dos inconfidentes degredados para a África e oficialmente inaugurado em 1946 na antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica datado de 1780. Seu acervo foi constituído inicialmente por peças recolhidas da diocese de Mariana e arquivos sobre os Autos da Devassa e as travas da forca onde morreu Tiradentes<sup>7</sup>. Apesar de ter sido inaugurado em 2006, com uma “nova museografia”, o Museu invisibiliza a questão de uma herança afro-brasileira/ouro-pretana. Quando o faz é via passado escravo, mesmo assim de forma minimizada e com instrumentos de tortura<sup>8</sup>.

<sup>6</sup> Nesse sentido, pode se pensar na extensão da análise de Veena Das sobre o sofrimento como uma experiência social. Tema retomado por Carvalho (2008).

<sup>7</sup> Ver o site do IPHAN (2009).

<sup>8</sup> Banco Safra (1985).

O Museu Sacro da Igreja do Pilar foi inaugurado no ano de 2000 e funciona no porão da sacristia da Igreja Matriz Nossa Senhora do Pilar. Estão expostas pratarias, mobiliário, paramentos, imagens religiosas do século XVIII e algumas das vestimentas usadas na celebração do Triunfo Eucarístico realizada em 1733. Não faz referência alguma sobre o passado afro-brasileiro/ouro-pretano, nem mesmo escravo.

O Museu Aleijadinho foi criado em 1968 para reunir peças de arte sacra e documentos gráficos com a finalidade de conservar, preservar e difundir o acervo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias em Ouro Preto e inaugurar o turismo religioso na cidade. A denominação do Museu é uma homenagem ao artista ouro-pretano Antônio Francisco Lisboa, o “Aleijadinho”, filho do mestre-arquiteto português Manuel Francisco Lisboa, natural de Lisboa, e uma escrava desse, de nome Isabel.<sup>9</sup> Nota-se que o passado afro se refere a uma ascendência materna escrava, quase um detalhe a ser subsumido pela grandiosidade da obra do mestre barroco filho de um “mestre” arquiteto português. Chamo atenção ainda de que nenhuma referência é feita para as irmandades de negros<sup>10</sup> que financiaram e administram algumas das construções dos templos barrocos da cidade. Algumas deles ainda resistem às transformações históricas e mantêm um papel ativo religioso e político como é o caso da Irmandade de Santa Ifigênia que no ano de 1809 emprestava dinheiro e possuía uma casa na Rua São José, uma das principais ruas de Ouro Preto. Nos dias atuais, ela participa das decisões da reforma da igreja, da construção do centro cultural afro-brasileiro ao lado da igreja barroca, da gerência do arquivo, da política

<sup>9</sup> Ver Bury (2006) e o sitio <http://www.museualeijadinho.com.br/?op=conteudo&id=37&menuId=89>.

<sup>10</sup> De acordo com a pesquisa Silva (2009) a existência das irmandades religiosas na Europa é de longa data, desde a Idade Média com os frades beneditinos atuando através da solidariedade cristã entre as camadas mais pobres da população. Em Portugal elas originaram por volta do final do século XIII, e nesse contexto às irmandades religiosas do reino procuraram integrar toda população, inclusive as etnias consideradas exóticas, como, mouros e pretos a fim de sujeitá-los ao catolicismo e as irmandades foram para tanto, um dos meios mais eficazes, pois segundo (). O objetivo de tais irmandades eram claros e práticos na conversão dos povos que habitavam o continente africano que iriam engrossar as fileiras da mão-de-obra cativa na América portuguesa. Sobre a relação das irmandades de Negros em Ouro Preto, ver (Salles, 2002: 186) e sobre o contexto histórico religioso das Irmandades de Negros no Brasil ver Quintão (2002) e Souza (2006), Scarano, (1975) e Boxer (1961).

da recuperação das peças e da organização das festas religiosas para além da administração dos funerais dos membros da Irmandade que no passado tinha uma conotação muito maior devido à segregação racial com relação aos lugares de enterro.

Os circuitos museais da cidade, mesmo que “atualizadas” algumas de suas museografias, não refletem qualquer mal estar em não redimensionar a presença africana e afro-brasileira como co-participe da historicidade local ao longo dos tempos até os dias atuais e para além da escravidão. É importante lembrar que Ouro Preto é a segunda cidade brasileira cuja população se autodenomina negra e parda. A dificuldade em colocar a questão negra no mesmo nível simbólico e semântico dessas exposições pode ser notada na coleção “Oratórios Afro-brasileiros” do Museu do Oratório inaugurado em 1998 com 162 oratórios e 300 imagens, vinculado ao Instituto Flavio Gutierrez<sup>11</sup>. Os oratórios afro-brasileiros ficam dispostos no circuito disponibilizado no andar de baixo (porão) do museu, além de ser uma quantidade ínfima de oratórios.

Quando o passado escravo é exposto, as museografias empregadas, de uma maneira em geral, são pensadas em expor peças isoladas a respeito da tortura, que não levam o observador a mergulhar sobre esse tempo de horror da humanidade e do Brasil e não fazem alguma menção ou ponte conceitual com o processo de exclusão da população afro-brasileira nos dias atuais. Ignora-se a constatação de que, desde 1995, 50% dos negros brasileiros estão a baixo da linha de pobreza<sup>12</sup> e 25% dos negros brasileiros estão abaixo da linha de indigência<sup>13</sup>.

A exposição da dor e do sofrimento situa-se no meio do caminho; congelada num tempo colonial como os casarios da cidade, imutáveis de acordo com o rigor da política patrimonial do tombamento brasileiro desde 1937. Expor a escravidão é como expor uma fatalidade histórica, um espelho que reflete não as referências culturais que vieram com as diversas etnias

<sup>11</sup> Ver <http://www.museudooratorio.com.br/port/museu.asp>.

<sup>12</sup> De acordo com o Atlas Racial brasileiro 2000, a linha de pobreza no Brasil está situada abaixo daqueles que têm a renda per capita inferior a R\$ 100,52 (PNUD, 2005). Ver ainda Oliveira e Miranda-Ribeiro (2006).

<sup>13</sup> De acordo com o Atlas Racial brasileiro 2000, a linha de indigência no Brasil está situada abaixo daqueles que têm a renda per capita inferior a R\$ 49,86 (PNUD, 2005).

africanas e a simbiose cultural advinda de processo de construção de uma identidade afro-brasileira<sup>14</sup> e nacional. A memória afro-brasileira é exposta como um relevo negativo. O passado escravo é apresentado geralmente nos andares de baixo dos museus, que por contraste apontam para o relevo positivo dos prédios coloniais, do ouro e da prata das peças sacras, da movelaria aristocrática e dos modos de viver das elites, das moedas, das peças de artes barrocas e túmulos dos inconfidentes.

Quando expostos, os objetos da dor são ainda identificados pelos observadores com um sentimento de repulsa, de evitação como é o caso da exposição da senzala no porão do Museu Casa dos Contos de Ouro Preto: “uma ambiente pesado, carregado, de sofrimento”, num tipo de ressonâncias patrimoniais<sup>15</sup> ao avesso. É como se a população negra e afrodescendente fossem condenadas a serem materializadas pela dor, demonstrando assim uma incapacidade dos gestores dos museus e políticas patrimoniais de romperem com a inércia dessa representação museal e do imaginário sobre a escravidão. O que tenho observado é que Ouro Preto maximiza esse principio musealizador e de pensamento social ou museal sobre a memória afro-brasileira via escravidão.

A dor, ao ser musealizada, parece querer dizer duas coisas. A primeira delas é que não se pode negar a fatalidade histórica e social da escravidão. Um fato que não se pode colocar debaixo do tapete da história da cidade e do país. Ela está presente o tempo todo na fenotipia da população, no pelourinho da cidade (Praça Tiradentes), nas festas das irmandades de Pretos, nos arquivos dos museus e mesmo que indiretamente pelo fato do Aleijadinho ter tido uma mãe escrava. Esse processo de musealizar parece ser a representação museográfica de algumas categorias do inconsciente coletivo dos gestores da cidade que reificam uma aura de sofrimento narrada pelos habitantes como almas penadas, barulhos de correntes durante a noite, fantasmas, cavaleiro sem cabeça, gritos de dor dos escravos nas senzalas, uma nuvem negra a pairar sobre a cidade, entre outras. “É preciso ter estrutura para se viver nessa cidade” ou “Chico Xavier não conseguiu entrar em Ouro Preto” sentenciaram dois nativos”. Trata-se de um imaginário coletivo

<sup>14</sup> Como apontam, por exemplo, os clássicos trabalhos de Freyre (2005) e Bastide (1980).

<sup>15</sup> Ver Gonçalves (2005).

do sofrimento, alimentado pela escravidão exemplificado pelas narrativas a respeito dos castigos infligidos aos escravos fujões. Mesmo para os de fora, como uma jovem de 30 anos que se casou e veio morar na cidade há dez anos, a experiência da dor se faz presente:

É, eu entrei algumas vezes na igreja de São Francisco de Assis, e para mim foi a mais dolorosa porque eu consigo escutar gritos de morte quando eu entro naquela igreja. Então, é um negócio que eu não sei nem descrever. É uma coisa assim que, eu consigo escutar o sofrimento como se eu visse a pessoa pedindo socorro, levantando o braço e... Eu não sei nem explicar o sentimento (...) É muito triste.

Conecta-se a esse imaginário a dor dos inconfidentes que foram traídos, perseguidos, brutalmente assassinados ou degredados.<sup>16</sup> A potencialização máxima desse fato é a figura do Tiradentes que morou na cidade e que recebeu a honraria juntos com os inconfidentes por meio do Museu da Inconfidência e uma estátua no centro da praça principal da cidade, local onde sua cabeça foi exposta e que recebeu seu nome; local também do antigo pelourinho. Nesse caso específico, a dor passa ser consequência sacrificial (Leach, 1976) por um almejo da liberdade pelos brancos, sobrepondo ao ensejo de liberdade dos escravos punidos severamente no pelourinho. Ao equacionar Tiradentes aos escravos, a empresa colonial colocou no mesmo nível simbólico e territorial àqueles que ousaram romper com o *status quo* vigente. Mas curiosamente, os ideólogos do patrimônio e gestores dos museus e da cidade, não fazem a mesma equação, agora em nome da liberdade. É como se a noção de liberdade de Tiradentes e dos Inconfidentes fosse maior ou mais merecida que a outra, ou seja, mais significativa para os brancos do que para os negros.<sup>17</sup>

<sup>16</sup> Nota-se que os inconfidentes foram emoldurados como "desleais traiçoeiros" e mesmo assim a terminologia "inconfidentes" permaneceu. Percebe-se então que a categoria "traição" é ambígua, móvel e depende do lugar da fala, do uso social.

<sup>17</sup> É muito interessante observar o mesmo processo museal da Colonial Williamsburg na Virgínia, EUA, que enfatiza os personagens da Revolução norte-americana como Thomas Jefferson e Washington e seus ideais de liberdade e de construção da nação, mas que sustenta na representação museal a condição de escravos dos africanos. Ver Gable and Handler, 1997 e Lima Filho, 2006).

A outra observação inicial desse processo museal é de que a dor ao ser musealizada, observada, provocaria uma negação da dor de si mesmo (observador), de uma alteridade (os negros) que está colada em nós. Assim um paradoxo se instala: quando musealizada, a memória escrava é da dor e quando observada, a dor é repulsada e um tipo de inércia museal se enraíza. Todavia, a repulsa por essa museografia não rompe a inércia, não conduz a um passo adiante em propor uma saída que da dor/sofrimento leve a outros caminhos que a elimine ou a minimize: a cidadania plena via uma cidadania patrimonial. Em outras palavras, é um mal estar em nossa cultura para lembrar-nos de Freud, ou em nossos processos museais, permeados de ambivalência e ambiguidades inerente à ideologia brasileira da democracia racial (Da Matta, 1978; Souza, 2000), materializando-se, nos lembrando dos nossos traumas de pertencimento e de identidade social.

## A Cidade Vista do Morro

Um contraponto etnográfico e museal é a ressignificação do patrimônio do ponto de vista de um dos morros representado pela comunidade do Alto da Cruz e da Irmandade de Nossa Senhora dos Pretos e de Santa Ifigênia. No local se encontra a igreja barroca Nossa Senhora do Rosário e de Santa Ifigênia cuja construção recua no mínimo ao ano de 1762, época da compra do relógio do templo (Mourão, 1986: 109).

A Irmandade de Santa Ifigênia, como é mais conhecida, data de 1719 (Salles, 2002: 186). O que distingue essa Irmandade das demais irmandades de pretos de Ouro Preto<sup>18</sup> é a significação que a sua comunidade tem dado aos elementos africanos e afro-brasileiros presentes no imaginário local/regional e assim como na materialidade das expressões artísticas culturais presentes no seu interior. Pensamento e matéria se convergem, patrimônio imaterial e material que dão um sentido museográfico distinto do que se tem visto e vivido em Ouro Preto a despeito de “novas” museografias que têm reificado as hierarquias e a

---

<sup>18</sup> De acordo com os dados de Salles (2002:186) em Ouro Preto existem três Irmandades de Pretos, uma de Preto-Crioulo, duas de Pardos, uma de Pretos e Brancos e sete de Brancos.

exclusão, assim como uma menor significância às referências culturais afrodescendentes da cidade, da região e da nação como por exemplo o Museu da Inconfidência e o Museu do Oratório.

A irmandade dos Pretos de Santa Ifigênia, como é mais conhecida, a despeito de uma história de população negra, pobre e de maioria de mulheres, traz elementos de resistência e acomodação. Acomodação por se inserir na rígida estrutura católica colonial e aderindo valores éticos e morais da sociedade local. A comunidade negra do Alto da Cruz delimita um território próprio constituindo uma Irmandade apenas de negros. Não podendo romper definitivamente com o poder da Igreja, uma vez que a própria constituição de uma irmandade era controlada por aquela instituição e pela Coroa portuguesa, a Irmandade, entretanto, mistura, contextos simbólicos africanos (resistência) ao contexto de acomodação colonial e religiosa oficial. A sua origem está relacionada com a construção da igreja de Santa Ifigênia e com a presença mitológica de um rei africano libertador: Chico Rei. Este traz consigo, de acordo com as frequentes narrativas encontradas no bairro, na cidade e na literatura regional sua religiosidade nativa e espírito de liderança para mudar o *status quo* de uma população escrava pobre, dizimada e infeliz. Os relatos mitológicos narram que Ifigênia era uma rainha africana, branca, batizada por São Mateus e que ao se recusar casar com um príncipe prometido é presa em seu castelo que é incendiado pelo noivo preterido. Como milagre, Santa Ifigênia sai ilesa do incêndio e depois se torna negra e passa a evangelizar. A santa teria aparecido para um grupo de escravos que se reuniam todas as noites no alto do morro para chorar a saudade da África ou planejar fugas. Um narrador nativo do lugar, e membro da atual mesa diretora da Irmandade explica:

Numa noite de luar os escravos que foram trazidos lá do sul da África, onde se chama Etiópia. Certo? Então, eles se reuniam aqui nesse centro como se fosse central aqui dessa nave da Igreja. E em noite de luar esses escravos vinham aqui no pé da cruz para trocar suas ideias e conseguir a liberdade ou então como fugir. Numa bela noite, a Santa Ifigênia apareceu pra eles aqui. Então ela apareceu para eles aqui e diz:

- Eu sou Ifigênia, santa e venho acompanhando vocês desde, desde lá

da Núbia. Eu sou princesa da Núbia e eu era princesa da Núbia desde que vocês foram capturados no sul da África; eu acompanhei vocês para o Brasil e estou residindo aqui em Vila Rica; se vocês, então se vocês construírem uma Igreja aqui com meu nome e o nome de Nossa Senhora do Rosário eu vou protegê-los da escravidão, então... mais eu preciso que, eu vou catequizar por esses cinco anos que vocês trouxeram várias crenças da África que a Igreja Católica não aprova então, várias seitas, várias crenças. Certo?.

Quando completou cinco anos ela disse:

- Agora vocês vão escolher uma pessoa, pode ser até um escravo entre vocês pra poder liderar essa construção dessa igreja.

E então, eles escolheram Chico Rei. Esse Chico Rei já havia protegido esses escravos porque, Chico Rei aqui em Vila Rica dedicava-se ao cargo de feitor. Era pra ele tomar conta de escravos, pra eles não fugirem, e aqueles que conseguiam fugir, então, os senhores... o patrão de escravos:

- Vai Chico procurar os escravos que fugiu pra mim.

Então o Chico Rei chegava em altas colinas, altas montanhas alcançavam o escravo e ele falava como escravo:

- Foge, vai embora que eu vou falar com o patrão que eu consegui te encontrar.

Ele defendia os escravos, então os escravos já tinham Chico Rei como líder lá na África, e esse Chico Rei é uma pessoa muito culta, religiosa e muito cheia de sabedoria e também muito inteligente. Ele resolveu então arregaçar as mangas e disse para os escravos... Antes porém, eles venderam essa mina, chama-se mina de Chico Rei com o nome dele a mina já tinha explorado muito ouro. Certo? E chegou num ponto que os senhores, porque eram muitos senhores. né? Então, eles achavam que não tinha mais ouro na mina e queriam passar a perna em Chico Rei e ofereceu pra ele a mina, queria que ele comprasse a mina. Aí Chico Rei foi lá ver a mina viu muito ouro lá na... Claro que ele não ia falar com os senhores: - Eu compro. Comprou a mina e disse para os escravos que tinha muito ouro lá... -Então vocês deixam o cabelo crescer e as unhas das mãos crescer desce lado então ele convidou a confraria Nossa Senhora do Rosário e Santa Ifigênia porque pra poder... ele precisava, ele ia patrocinar todas as obras da igreja ele precisava de



dinheiro porque aí, depois da igreja pronta os escravos iam... congado e depois depositava o ouro que tava no cabelo das índias... tinha uma terceira pia aqui na porta a nossa esquerda depois eu posso mostrar... os irmãos naquela época eram sócios esses irmãos pagavam jóias, e um oitavo de ouro, então ele foi juntando esse ouro e ele contratou, daqui ele ficou sabendo que tinha quatro artistas famosos lá no Rio de Janeiro então ele foi e contratou, Francisco Xavier de Brito, Manuel Rabelo de Sousa o terceiro por nome de... tem o nome dele completo aqui no nosso arquivo. E a capela mor foi toda construída pelo Francisco Xavier de Brito. Manuel Rabelo de Sousa ajudou também. A mina termina... a de Chico Rei termina aqui.

Em sua aparição, a santa pede aos escravos que não fizessem mais feitiçarias e que construísem uma igreja em sua homenagem e que ela os protegeria. Um destes negros teria sido o príncipe africano Chico Rei, que teria comprado a sua própria liberdade e teria administrado sua própria mina de ouro. Chico Rei comprava assim a liberdade de outros escravos e lhes davam amparo social. Mandou construir a igreja que a santa pedira e para isso pedia que negras, chamada pelo nativo de índias, que tinham ouro escondidos nos cabelos e unhas deveriam depositar nas pias de pedra que existem na igreja.

Nota-se um tipo de *bricolage* mitológico e histórico presente nas narrativas nativas. O tempo mitológico é fundido com o tempo histórico e ao mesmo tempo explica a fundação da Irmandade pelo aparecimento da santa num tempo inespecífico “Numa noite de luar...” Nota-se que a confraria existia antes da construção da igreja. A estratégia da acomodação ao sistema vigente colonial é representado primeiro pelo posição ambígua do Chico Rei que era feitor, papel de quem perseguia os escravos fujões mas que nos atos finais da perseguição dava cobertura à liberdade dos escravos e assim ia construindo sua liderança então ritualizada pelo Congado; depois pela necessidade de esperar cinco anos para uma possível conversão e consequente proteção da santa. Sem casas, sem amparo e sem status social os escravos passam por um tipo de liminaridade para, ao ganhar a proteção da santa, ganhar também um templo, uma casa, representada pela Igreja, um lugar onde pudessem expressar as suas origens africanas. A casa que não é dos brancos

do Padre Faria, mas dos negros de Santa Ifigênia. A dádiva oferecida ritualmente por uma santa negra que aparece aos negros numa noite bela iluminada pela luz da lua cheia, é materializada pela ação de um escravo negro que sai da condição de cativo para forro, depois para feitor, dono de mina e por último ritualizado como o rei do Congado de Santa Ifigênia. Se a santa traz a “liberdade” religiosa travestida de catolicismo, legitimando a construção do templo junto à sociedade da época pela aparição de uma santa católica, o rei traz a liberdade social, pela compra dos escravos possibilitada pela aquisição de uma mina antes rejeitada pelos brancos. A igreja é construída pelo ouro extraído às escondidas da referida mina que chega até ao templo. A construção da igreja une assim pares cosmológicos inversos, mas complementares, a saber: céu/terra; escravidão/liberdade; rei/princesa; feitiçaria/catolicismo; escravidão/liberdade; homem/mulher; alto/baixo; branco/negro; claro/escuro, em cima/embaixo. O Templo é, pois, o lugar social da memória (Nora, 1984).

As narrativas sobre a princesa santa que se tornara negra, numa versão mitológica e protetora dos moradores do bairro Alto da Cruz e os milagres associados a ela, assim como as narrativas mitológicas sobre Chico Rei ganham notoriedade no imaginário social do grupo. Ao se entrar na igreja barroca vê-se na sua abóbada um papa negro reconhecido nas narrativas como o próprio Chico Rei. Abaixo da imagem da Nossa Senhora do Rosário tem-se a imagem de Santa Ifigênia com uma palma/raio na mão e uma casa na outra. Além disso, nota-se nas laterais centrais da igreja dois altares com duas frentes de madeira trabalhadas com elementos representativos de búzios, tidos como simbologias religiosas afro-brasileiras. Para alguns, se trata de uma gramática religiosa afro-brasileira decifradas por aqueles que partilham os códigos da referida religião. Tanto santa Ifigênia, quanto Chico Rei e os demais santos presentes no templo são por alguns interpretados como orixás afro-brasileiros.

Ligado a essa igreja tem-se um ciclo de festas religiosas como a festa de Santa Ifigênia, Santo Reis, Nossa Senhora do Rosário e a Congada que igualmente trazem elementos de uma religiosidade afro-brasileira costurada num contexto católico altamente repressor nos tempos coloniais. Lembremos do ato sumário do Santo Ofício contra uma negra acusada de curanderia nos arredores de Vila Rica no 1797.

Os ritos (re)atualizam socialmente o mito de origem da irmandade e

uma nova condição social que acompanha as transformações históricas. Portanto a evocação do mito, num exercício de enquadramento da memória (Pollack, 1992: 206) espelhados com os fatos, como na perspectiva interpretativa de Sahlins (1981 e 2003) sobre as realidades míticas e as metáforas históricas, explicam os acontecimentos e a representações culturais para os atores sociais da Irmandade.

O templo é administrado pela Igreja católica, Diocese de Mariana, mas mesmo perdendo parte do controle administrativo do templo, a Irmandade se recusa a perder seu poder simbólico fazendo todo o esforço para reconstituir o que sobrou do acervo arquivístico de peças e de documentos. Um trecho de um registro escrito encontrado no Arquivo Diocesano de Mariano mostra bem o poder econômico que a irmandade tinha:

Relação de objetos que ficaram sob guarda do procurador devido ao ato de posse na Irmandade de Santa Efigênia do Alto da Cruz para os anos 1806/1807: uma banquetta de prata com quatro crucifixo grande e quatro castiçais, quatro varas de prata em bom estado, um turíbulo, novêrta e colher grande de prata, uma custódia grande de prata, uma ambula de prata, uma correia de prata, sete coroas de prata em vários tamanhos, quatorze resplendores de prata de vários tamanhos, duas chaves de prata para o sacramento, duas cruces de prata pequenas, uma pena de prata, uma colherinha pequena de prata, uma diadema de prata com pedra, dois cálices de prata, um rosário grande de prata, dez tochas novas, 200 velas de cera grandes e pequenas, três tapetes novos um grande e dois pequenos, uma casa na rua São José N° 33 em Vila Rica, livros e atas, cadernos, talões e papéis de arquivos, livro de inventário, quatro apólices da dívida do estado (um conto de réis) 1:000\$000 n°s 1473, 1472, 1483, 16771, apólices federais n°s 165634, 165635 e 35658 com saldo a favor dessa irmandade de 2:376\$000, quantia de 1:000\$000 réis, três ditas federais de 2:960\$000<sup>19</sup>.

(...) por esta apólice de crédito deve o irmão-tesoureiro Guarda-Mor Jose Soares Araujo a quantia 42\$000 contos de réis por empréstimo

<sup>19</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana-MG. Ata da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz - Vila Rica (1806/1807).

nessa Irmand<sup>o</sup> do Rosário dos pretos do Alto da Cruz de Villa Rica a serem restituídos após trinta dias dessa data.data do documento: 20 de fevereiro de 1807 assinada pelo juiz<sup>20</sup>.

Esse poder simbólico da Irmandade não se restringe à administração do cemitério da Irmandade. Narra-se, por exemplo, o afastamento do pároco da igreja que estava colocando empecilho para os toques dos sinos e foguetes durante o ciclo de festividades da Irmandade (Santos, 2001: 13). Ouvimos também na comunidade como eles se organizaram e não deixaram que o Museu da Inconfidência retirasse um busto colonial no alto da ladeira de Santa Ifigênia para ser incorporado ao acervo da nova museografia do Museu, reinaugurado em 2006. A Irmandade acompanha as obras de restauro da Igreja e tem como projeto resgatar as peças sacras que se encontram na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, no bairro do Antonio Dias assim como restaurar documentos do que sobrou do seu arquivo.

Soma-se a isso a proposta de um centro cultural afro-brasileiro na contramão da prática museológica da cidade e do país em representar a escravidão relacionada com a dor, com o sofrimento e com a exclusão como já analisamos. Nesse caso, observa-se uma disputa com o Fórum de Igualdade Racial de Ouro Preto (FIROP), que conduz o projeto em parceria com a prefeitura da cidade junto ao Ministério da Cultura e tem uma proposta clara, de acordo alguns de seus dirigentes, de uma nova prática museal, se negando a expor a escravidão, mas de inspirar-se nas festas como as Congadas e as referências culturais positivadas da herança afro-brasileira. O Museu que já tem um módulo construído ao lado da igreja de Santa Ifigênia, apesar da tensão pela disputa de comando entre a Irmandade e o Fórum de Igualdade Racial de Ouro Preto (FIROP), poderá ser um ser uma nova maneira de contar e fazer a história dos africanos e afro-brasileiros. Essa nova demanda e experiência museal certamente abrirá um novo capítulo sobre a museologia e o patrimônio da cidade de Ouro Preto.

Por fim, nesse processo que articula as noções de acomodação e

<sup>20</sup> Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Pasta: 11, Documento: Livro de receita e despesa da Irmandade do Rosário dos Pretos do Alto da Cruz - Villa Rica (1807), pag. 93. Data da pesquisa: 22/09/2008.

resistência, continuidade e mudança, passado e presente, agrega-se a noção de cidadania racial que passo chamar de cidadania patrimonial. A santa, a cidade, a Irmandade e a igreja de Santa Ifigênia de Ouro Preto são boas pistas para se compreender esse complexo processo de refazer e viver a história dessa região tão importante para se pensar o Brasil e, principalmente, a experiência de cidade e patrimônio local.

## Referências Bibliográficas

- BANCO SAFRA. **Museu da Inconfidência**. São Paulo: Banco SAFRA, 1995.
- BASTIDE, Roger. **Presença Africana: Encontro de raças e Civilizações** In: IDEM. **Brasil, Terra de Contrastes**. São Paulo: DIFEL, 1980. p. 184-208.
- BERGARD, Laird. **Slavery and the the demographic and economic history of Minas Gerais. Brazil 1720-1888**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- BOTELHO, R. Tarcisio. "População e Escravidão nas Minas Gerais, 1720" In [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/hist1\\_5.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/hist1_5.pdf). 2000.
- BOXER, Charles R. **O império colonial português**. Lisboa: Edições Saraiva, 1961.
- BOXER, Charles R. **A Idade de Ouro do Brasil. Dores de Crescimento de uma Sociedade Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000.
- BURY, John. **Arquitetura e Arte no Brasil Colonial**. (Organizado por Myriam Andrade R. de Oliveira). Brasília: IPHA/Monumenta. 2006.
- CARVALHO, João Eduardo Coin de. Violência e sofrimento social: a resistência feminina na obra de Veena Das. **Saúde soc.** [online]. 2008, vol.17, p. 9-18. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902008000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000300003&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0104-1290. Consultado em 10.05.2010.
- DaMATTA, Roberto. **Relativizando, uma introdução a Antropologia Social**. São Paulo: Rocco, 1978.
- FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo. Edusp. 2002.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: Formação da família bra-**

**sileira sob o regime da economia patriarcal.** Apresentação de Darcy Ribeiro. São Paulo: Global, 2005.

GABLE, Eric & HANDLER, Richard. **The New History in the Old Museum- creating the past at colonial Williamsburg.** London: Durk University Press. 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In: ABREU, R. & CHAGAS, M. (org.). **Memória, Patrimônio e ensaios Contemporâneos.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro, PINTO, Fábio Carlos V.; MALAQUIAS, Carlos de Oliveira “Famílias Escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamentos”, **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.184-207, Jan/Jun, 2007.

LEACH, Edmund. **Antropologia e Comunicação.** Lisboa: Edições 70, 1976.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. “Cidades Patrimoniais e Identidades Nacionais: questões antropológicas na perspectiva comparativa entre o Brasil e os Estados Unidos”. In: BEZERRA, M & LIMA FILHO, Manuel Ferreira (org.). **Os Caminhos do Patrimônio no Brasil.** Goiânia: Editora Alternativa. 2006.

MAIA, A. E. dos Santos. **Ouro Preto, Homens, Ideias e Fatos.** Belo Horizonte: Minas Gráfica. 1972.

MELLO e SOUZA, Laura. **Desclassificados do Ouro – a pobreza mineira no século XVIII.** Rio de Janeiro: Edições Graal. 2004.

MOURÃO, Paulo K. Corrêa. **As Igrejas Setecentistas de Minas.** Belo Horizonte: Editora Itatiaia. 1986.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: NORA, P. (org.). **Les lieux de mémoire.** Paris: Gallimard, 1984, Vol, 1 La République.

OLIVEIRA, Ana Maria H.C. E MIRANDA-RIBEIRO, Paula. “Atlas Racial Brasileiro: contexto, uso e limitações”. In GROSSI, Maria Stela & DWYER, Tom (org.). **Sociologia e Realidade. – pesquisa social no século XXI.** Brasília: UnB, 2006.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. **Irmandades Negras: outro espaço de lutas e resistência** (São Paulo: 187- -1890). São Paulo: ANABLUME/FAPESP. 2002. Revista da História da Biblioteca Nacional.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol5, n. 10. 1992.

RIBEIRO, Darci. Sobre a mestiçagem no Brasil In: SCHWARCZ, Lilia Moritz & QUEIROZ, Renato da Silva (org.). **Raça e Diversidade**. São Paulo: Edusp. 1996.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003.

SAHLINS, Marshall. **Historical metaphors and mythical realities: structure in the early history of the Sandwich island kingdom**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1981.

SALLES, Fritz Teixeira de. **Associações religiosas no ciclo do ouro**. 2.ed. – São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.

SANTOS, Angelo Oswaldo de Araújo. “A Desmaterialização do Patrimônio”. **Patrimônio Imaterial** 147. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001

SANTOS, Míriam Sepúlveda dos. “The repressed memory of Brazilian slavery”. **International Journal of Cultural Studies**, 2008; 11: 157-175.

SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

SILVA, Laurimar Gomes da. **Irmandade do Rosário dos Pretos de Santa Ifigênia do Alto da Cruz: proposta de gestão de um arquivo em Ouro Preto (MG)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Goiás. 2009.

SOUZA, Marina de Mello. **Reis Negros no Brasil Escravista**. Belo Horizonte: Editora da UMG. 2006.

#### Site consultados:

PNUD. 2005. [http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas\\_racial/index.php](http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas_racial/index.php) (consulta em 03/05.2010).

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12815&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional> (consulta no dia 03/05/2010).

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> (consulta em 18/04/2009).

<http://www.museualeijadinho.com.br/?op=conteudo&id=37&menuId=89>. (consulta em dia 15/04/2010).

<http://www.museualeijadinho.com.br/?op=conteudo&id=64> (consulta no dia 15/04/2010).

<http://www.museudooratorio.com.br/port/museu.asp> (consultado em 15/04/2010).

[http://www.ufop.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=52&Itemid=175](http://www.ufop.br/index.php?option=com_content&task=view&id=52&Itemid=175)

(consulta em 03/05/2010).

### **Arquivos Consultados:**

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana-MG. Ata da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz - Vila Rica (1806/1807). Data da pesquisa: 22/09/2008.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 11853. Sumário contra a preta chamada Rita de nação de Minas moradora no lugar de Roberto, comarca de Vila Rica. PT/TT/TSO-IL/028/11853. <http://digitarq.dgarq.gov.pt?ID=2312052> . 1797. (consulta em 03/05/2010).

Arquivo Casa do Pilar. IPHAN . Ouro Preto. O ITAMONTANO. 18 de Outubro de 1851.

Arquivo Casa do Pilar. IPHAN. O ITAMONTANO. Ano 1. Nº 04. 24 de Novembro de 1847.

Recebido em 05 de março de 2010.

Aprovado em 01 de junho de 2010.